

ANEXO I – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO



1– Nome da prática.

Neste campo deve ser criado um nome para a prática a ser registrada no Banco de Boas Práticas.

Pesquisa de Contato Telefônico – Pessoa Acusada

2– Unidade.

Informar em qual unidade a prática está sendo realizada e, caso seja aprovada, esta será a unidade que receberá a pontuação referente à Aferição Padronizada Juízo Proativo.

8ª Vara Criminal de Arapiraca

3– Equipe (nome e contato).

Informar o nome, telefone e e-mail do autor responsável pela idealização e implantação da prática e do servidor que fará a apresentação aos Avaliadores de Boas Práticas (ABP).

Autor da prática:

Thitto Erisonn Alves de Amorim – Assessor de Juiz

Servidor que fará a apresentação aos ABP:

Thitto Erisonn Alves de Amorim

4– Data da implementação.

Informar o mês e o ano em que a prática foi implementada.

A prática está implantada desde: agosto / 2020 (mês/ano)

Observações:

5– Área de aprimoramento.

Marcar a opção pertinente. Caso seja marcado o item H, descrever a área desenvolvida.

- A - Processos de trabalho.
- B - Prestação dos serviços.
- C - Satisfação do público alvo.
- D - Alcance das metas estratégicas.
- E - Práticas sociais.
- F - Práticas ambientais.
- G - Otimização de despesas.
- H - Outros aspectos significativos aos serviços: _____

6- Descrição da prática.

Descrever a prática detalhadamente, informando a situação anterior e a atual, além dos custos para operacionalizá-la, se houver.

Em meio à pandemia, o Poder Judiciário se ajustou para uma nova realidade: a realização de atos por meios virtuais. A partir disso, iniciou-se uma corrida para realização de audiências, para concretização das metas, as quais, por muitas vezes, deixavam de ser realizadas por não existir contato telefônico do réu cadastrado no processo. Todavia, a partir da experiência do cotidiano de trabalho, percebeu-se que a Autoridade Policial marcava o telefone de contato da pessoa indicada pelo autuado para comunicação do flagrante. Após essa constatação, a 8ª Vara Criminal de Arapiraca passou a contatar o familiar ou pessoa indicada pelo réu para comunicação de sua prisão em flagrante, diligenciando e localizando telefone atualizado da pessoa acusada. Se antes muitas audiências eram redesignadas pela não localização do telefone do réu, após a implementação desta boa prática, as audiências em sua maioria passaram a ser realizadas por completo, alcançando os processos a fase posterior de sentença. Deve-se destacar, ainda, que tal implementação de boa prática não gerou nenhum custo para ser operacionalizada.

7- Objetivos.

Informar quais os objetivos buscados para que houvesse o desenvolvimento da prática.

Buscou-se alcançar celeridade processual, assim como o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

8 - Resultados.

Informar quais os resultados alcançados até o momento.

Os resultados alcançados foram de um significativo aumento de realização de audiências, com o consequente aumento de sentenças prolatadas pelo Juízo, garantindo o respeito ao princípio constitucional da razoável duração do processo.

9 - Fundamentação (campo não obrigatório).

Informar qual a fundamentação legal correlata.

10 – Observações (campo não obrigatório).

Campo para os demais esclarecimentos.
